

Estrutura agrária do Estado de Pernambuco

JORGE SOARES MARQUES

Em 1960, no Estado de Pernambuco, 259 723 estabelecimentos rurais ocupavam 5 924 630 hectares, o que representava, aproximadamente 60% da área total do Estado.

Analisando-se a curva de LORENZ que mostra a concentração fundiária no Estado (Fig. 1), pode-se constatar que os estabelecimentos de menos de 10 hectares correspondem a mais de 50% do número de estabelecimentos existentes e que 50% da área ocupada pertence aos estabelecimentos de mais de 200 hectares (50% do número de estabelecimentos correspondendo a 3% da área e 50% da área total ocupada por estabelecimentos agrícolas correspondendo a 2% do número). Foram, então, considerados: pequenos estabelecimentos — os de menos de 10 hectares; grandes estabelecimentos — os de mais de 200 hectares e médios estabelecimentos — os de 10-200 hectares.

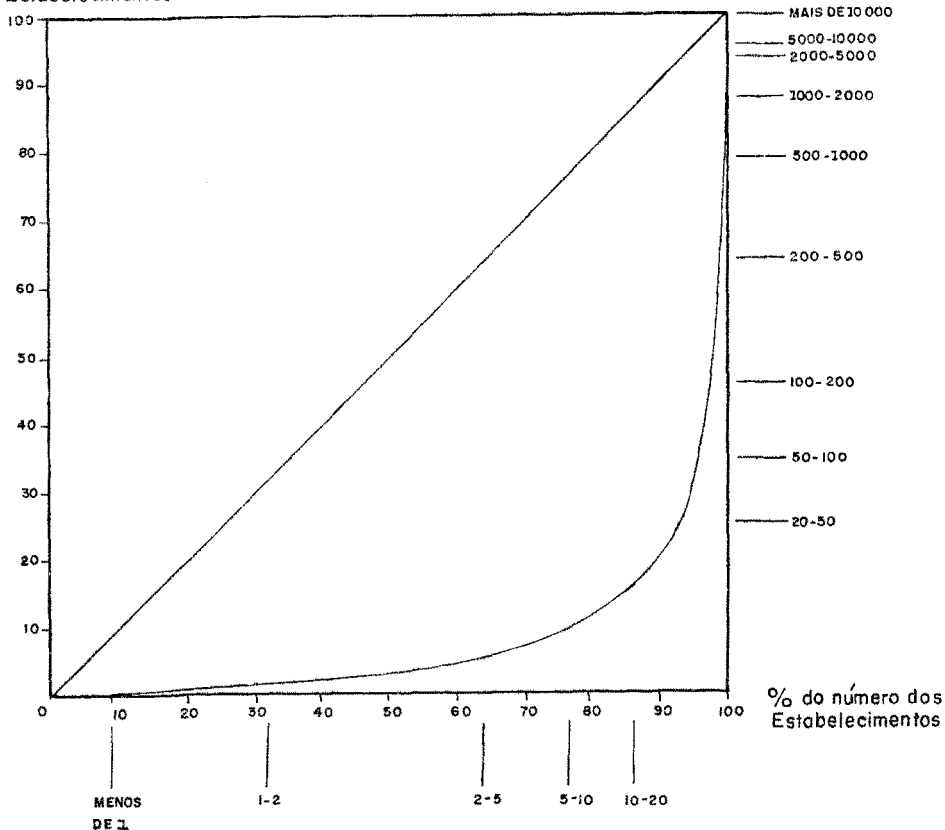
Os pequenos estabelecimentos de menos de 10 hectares, embora dominem em relação ao número (76,6%), ocupam apenas 9,9% da área total dos estabelecimentos, enquanto que os grandes estabelecimentos, os de mais de 200 hectares (2% do número total de estabelecimentos), concentram 53,6% da área total recenseada. Os estabelecimentos médios, de 10-200 hectares, possuem uma posição significativa, pois representam 21,3% em número e cobrem uma área de 2 159 214 hectares, ou seja 36,4% do total (Quadro I).

Em relação ao ano de 1950 verifica-se que houve um aumento em número e em área total ocupada pelos estabelecimentos, respectivamente 50,7% e 17,9% (172 268 estabelecimentos com 5 022 682 hectares de área em 1950). Entretanto, para o Estado, êsses acréscimos não representam profundas alterações na relação entre estabelecimentos e área total (Quadro II). Porém ocorrem, em cada grupo de área, algumas particularidades.

ESTADO DE PERNAMBUCO-1960

CURVA DE LORENZ

% da Área dos Estabelecimentos



Fonte: Censo Agrícola de 1960-IBGE.

QUADRO I — Pernambuco — 1960.

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ESTABELEÇIMENTOS			
	Número	%	Área (ha)	%
Menos de 10.....	199 021	76,6	587 487	9,9
10 — 20.....	23 573		331 679	
20 — 50.....	19 043		599 264	
50 — 100.....	8 011		566 435	
100 — 200.....	4 719		661 836	
		21,3		36,4
200 — 500.....	3 541		1 093 269	
500 — 1 000.....	1 234		840 379	
1 000 — 5 000.....	530		877 948	
5 000 — 10 000.....	14		87 066	
Mais de 10 000.....	7		279 267	
		2,0		53,6

Os estabelecimentos de menos de 10 hectares, que em 1950 eram 122 466, aumentaram em número em cerca de 62% e sua área total (431 350 hectares) foi acrescida de mais 36%. Como consequência a área média desses estabelecimentos (3,5 hectares) diminuiu para 2,9 hectares em 1960, dado que evidencia estar havendo subdivisão significativa dos minifúndios nesse Estado.

Os estabelecimentos de mais de 200 hectares diminuíram em área em relação ao total estadual, porém apenas em cerca de 2%, o que lhes continua garantindo a concentração de metade da área total dos estabelecimentos existentes no Estado. A área média desses estabelecimentos passou de 617,8 hectares em 1950 para 596,6 hectares em 1960.

Quanto aos estabelecimentos médios (10-200 hectares) ocuparam mais 1% da área estadual, mantendo uma área média de 39 hectares.

QUADRO II — Pernambuco

Percentagens no Total Estadual

GRUPO DE ÁREA (ha)	N.º DE ESTABELECIMENTOS		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	
	1950	1960	1950	1960
Menos de 10.....	71,0	76,6	8,6	9,9
10 — 200.....	26,2	21,3	35,4	36,4
Mais de 200.....	2,6	2,0	55,9	53,6

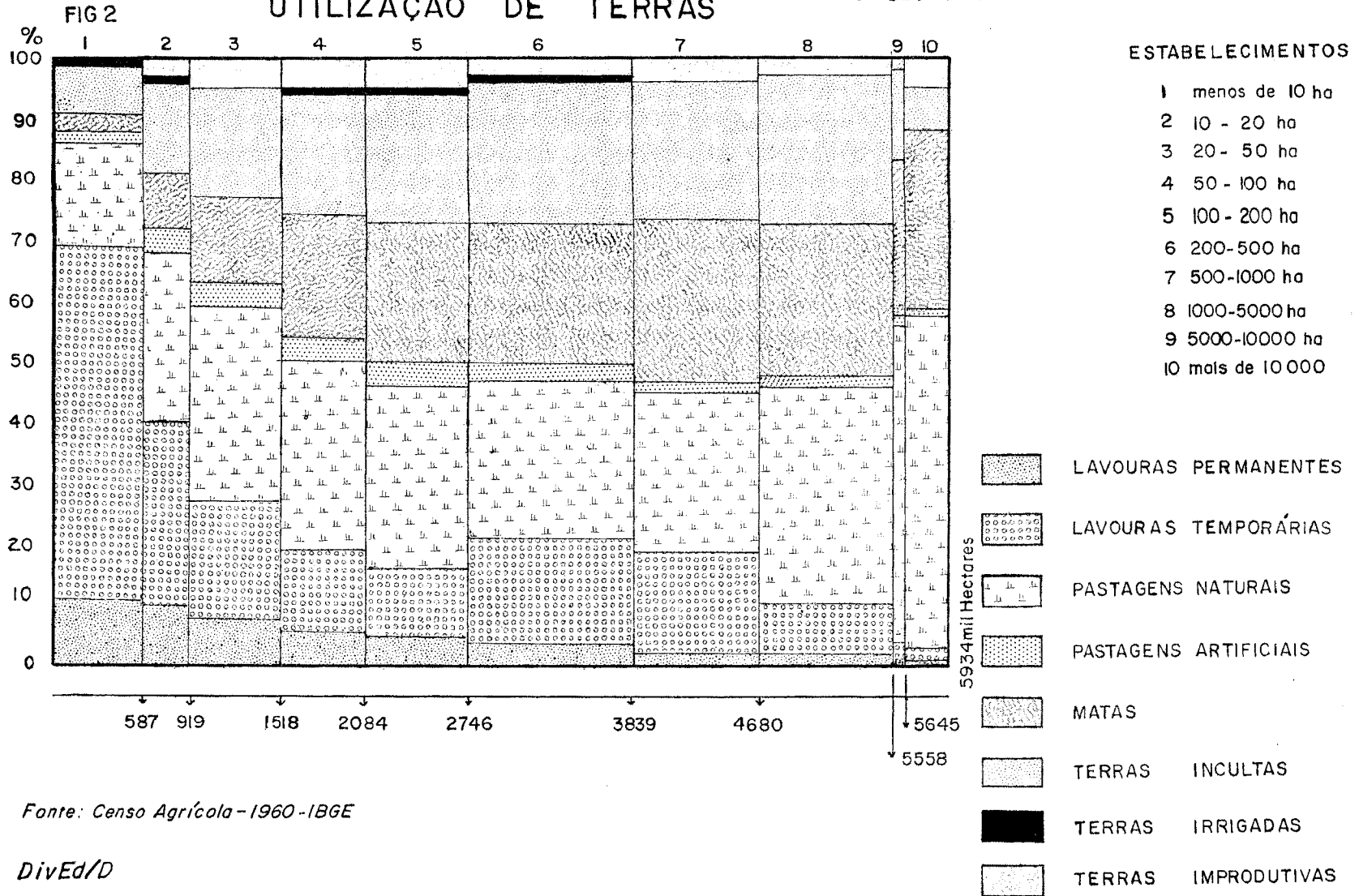
Com referência às *formas de utilização da terra* (Fig. 2), as pastagens naturais ocupam posição destacada, pois representam 1 780 871 hectares, ou seja 30% da área total dos estabelecimentos, sendo a forma mais comum de utilização da terra nos grandes estabelecimentos, ao contrário do que ocorre com as lavouras temporárias (19% da área total dos estabelecimentos) que predominam, em área, nos pequenos estabelecimentos. As matas (20% da área total dos estabelecimentos) e as terras incultas (19% da área dos estabelecimentos) abrangem 2 341 282 hectares, demonstrando, em grande parte, um subaproveitamento do espaço agrícola, decorrente do emprêgo do sistema de rotação de terras. A área ocupada por terras irrigadas é insignificante (0,1% da área total dos estabelecimentos).

Levando em conta a situação vigente em 1950, o espaço utilizado em pastagens naturais possuía o mesmo valor percentual da área ocupada em lavouras temporárias (18%), tendo ocorrido, portanto, um aumento bastante expressivo das áreas utilizadas em pastagens naturais. Outros fatos significativos foram: a diminuição da área ocupada por terras incultas (33% da área total em 1950); a quase duplicação da área utilizada em pastagem artificiais (2,7% da área total em 1960) e um aumento de cerca de 200% da área empregada em lavouras permanentes (embora continue ocupada pequena porção da área total dos estabelecimentos — 4,7% em 1960).

A importância da área ocupada pelas pastagens reflete a atividade predominante em área no Estado — a pecuária; os estabelecimentos que possuem a pecuária como atividade principal representam 32,5% da área total dos estabelecimentos existentes no Estado. Também a

PERNAMBUCO

UTILIZAÇÃO DE TERRAS



Fonte: Censo Agrícola-1960-IBGE

DivEd/D

PERNAMBUCO

ATIVIDADE PREDOMINANTE

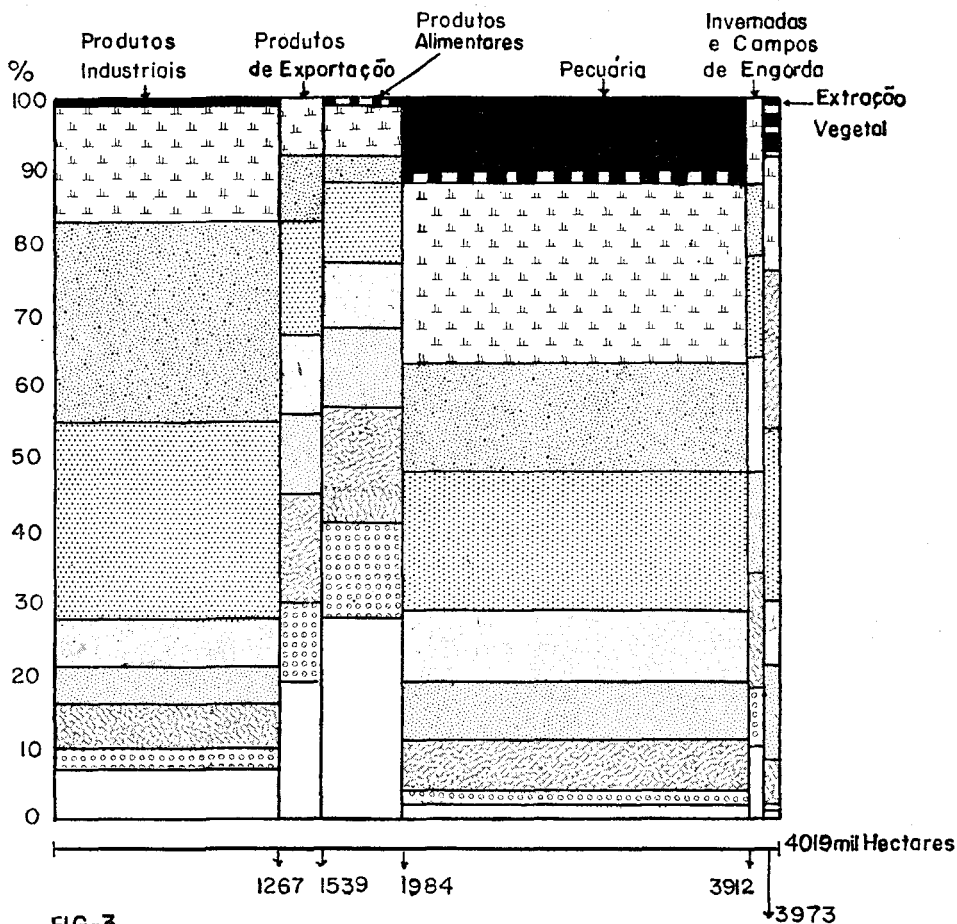
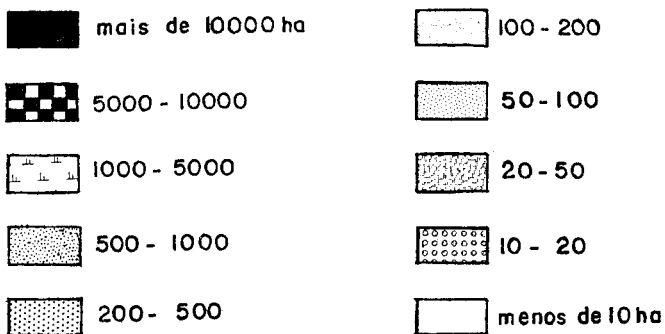


FIG-3

ESTABELECIMENTOS

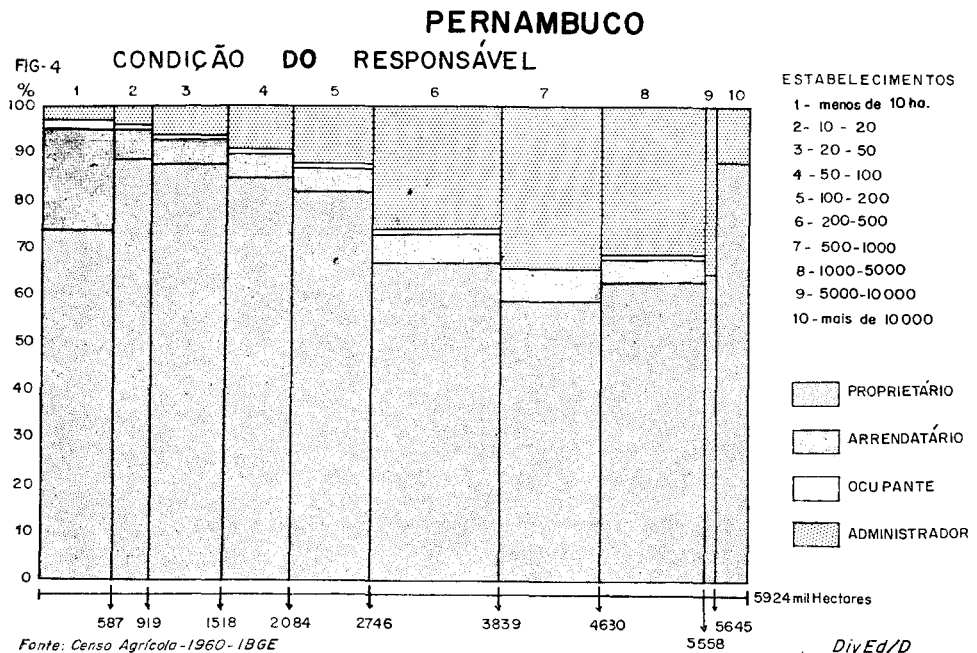


Fonte: Censo Agrícola-1960-IBGE

DivEd/D

tradicional cultura da cana-de-açúcar (lavoura temporária no Censo Agrícola) é a maior responsável pela projeção destacada da lavoura de produtos industriais, sendo que os estabelecimentos nos quais ela é a principal atividade detêm 21,3% da área total dos estabelecimentos rurais pernambucanos (Fig. 3).

Se, de um lado, as grandes áreas da pecuária e da lavoura de produtos industriais correlacionam-se com os grandes estabelecimentos, as lavouras de produtos alimentares (principalmente a do milho), as lavouras de produtos de exportação (principalmente a do café) e as invernadas e campos de engorda estão mais relacionadas com os pequenos e médios estabelecimentos. Assim, embora exista maior número de estabelecimentos, tendo como atividades principais a lavoura de produtos alimentares e a lavoura de produtos de exportação, a área que ocupam é de apenas 12% do total estadual, respectivamente 4,5% e 7,5%). *



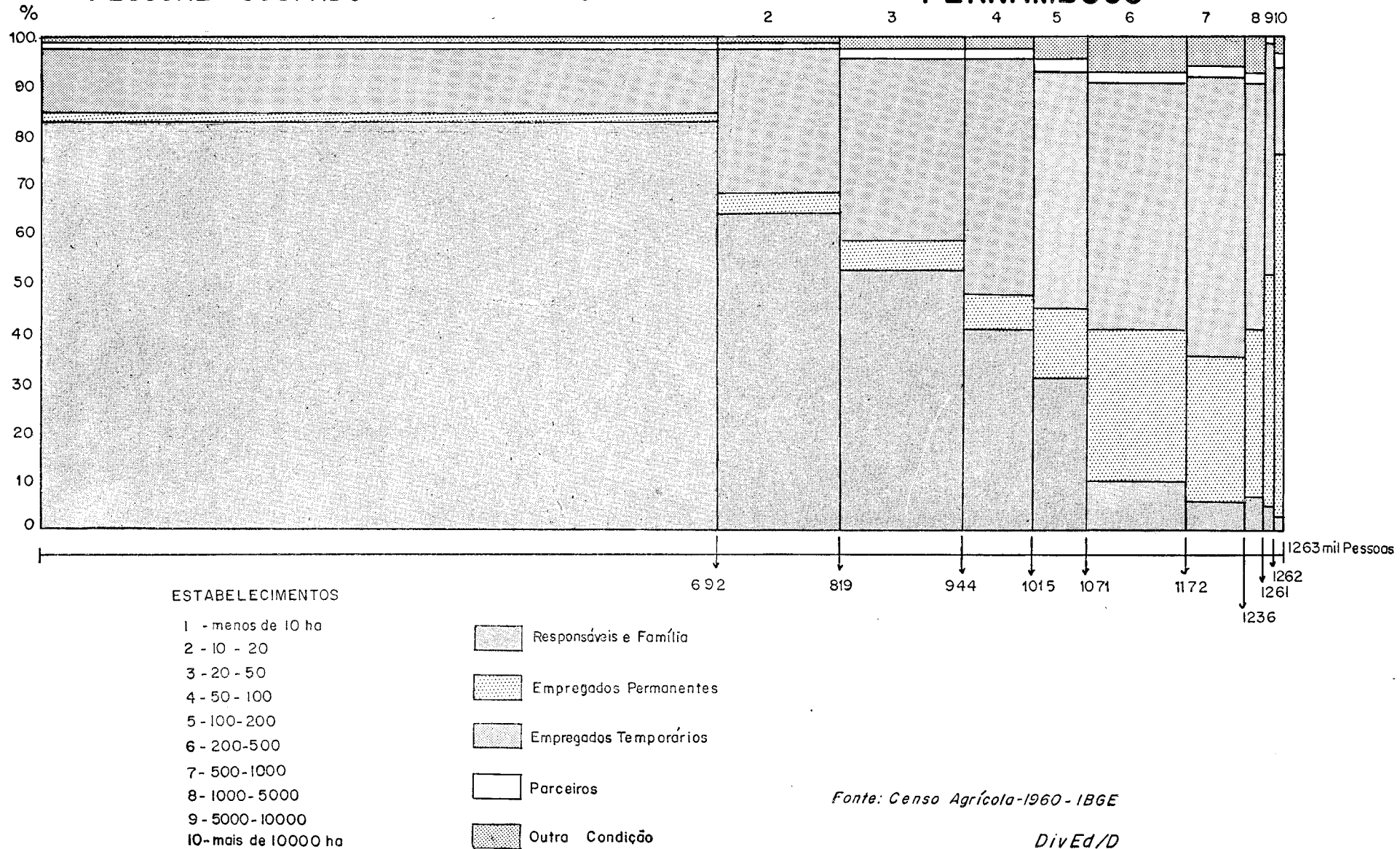
No que se refere às modalidades de exploração agrícola (condições do responsável — (Fig. 4) é marcante a presença dos proprietários que possuem, sob sua direção, 74% da área total dos estabelecimentos existentes no Estado. Acrescido a este percentual os 18% relativos aos administradores, têm-se 92% da área total dos estabelecimentos sob a exploração direta, enquanto que apenas 7% do total é explorado indiretamente por arrendatários. Embora pouco expressivo no total estadual, o arrendamento é bastante significativo para os pequenos estabelecimentos (menos de 20 hectares), representando cerca de 21% da área total que eles ocupam. As áreas dirigidas pelo proprietário constituem a grande maioria das terras pertencentes aos pequenos e médios estabelecimentos; já nos grandes estabelecimentos a presença dos

* Como atividades predominantes foram consideradas as seguintes lavouras: algodão, cana-de-açúcar e fumo (lavouras de produtos industriais); agave, banana, café, côco e laranja (lavouras de produtos de exportação); arroz, batata-inglesa e milho (lavouras de produtos alimentares).

PESSOAL OCUPADO

FIG - 5

PERNAMBUCO



administradores é bem expressiva, sem contudo modificar a posição dos proprietários que dirigem mais da metade da área total pertencente aos grandes estabelecimentos.

Nas atividades agrícolas são empregadas, no Estado, 1 263 146 pessoas (Fig. 5); destas, 62% representam o trabalho familiar, que assume nos pequenos e médios estabelecimentos grande proporção (cêrca de 72% do total do pessoal ocupado nesses estabelecimentos). Os empregados temporários (26% do total) aparecem mais comumente nos médios e grandes estabelecimentos, enquanto que os empregados permanentes (8% do total) são mais freqüentes nos grandes estabelecimentos. A exploração indireta por parceiros é insignificante para o total estadual (apenas 1% do pessoal ocupado no Estado), atingindo o mais elevado percentual nos grandes estabelecimentos de mais de 10 000 hectares (3% do pessoal ocupado). Destaca-se, ainda, que cêrca de 85% do total de pessoas ocupadas no Estado estão em pequenos e médios estabelecimentos.

Pequenos Estabelecimentos

No primeiro grupo de área (menos de 10 hectares), os 199 021 pequenos estabelecimentos, com uma área de 587 487 hectares, constituem a maioria dos estabelecimentos existentes no Estado. São os estabelecimentos que apresentam os mais elevados percentuais de terras utilizadas em lavouras temporárias (58% das terras) e em lavouras permanentes (11%) e os de menor percentual em área ocupada com pastagens naturais (17%). Na área ocupada pelos estabelecimentos rurais pernambucanos, que possuem a lavoura de produtos alimentares como principal atividade, esta categoria dimensional tem uma posição bastante destacada (28% da área total), predominando o cultivo do milho (85% do total de estabelecimento que, no Estado, possuem essa lavoura como a principal), o mesmo ocorre com referência às lavouras de produtos de exportação (19% da área total), destacando-se o cultivo do café (80% do total de estabelecimentos que, no Estado, possuem essa lavoura como a principal).

Os proprietários dirigem cêrca de 74% da área total dêstes estabelecimentos, sendo esta a categoria dimensional de estabelecimentos, no Estado, onde é maior a freqüência de arrendatários (21% de suas terras são arrendadas) e de ocupantes (2% das terras). Em suas atividades estão empregados 53% do pessoal ocupado no Estado, sendo que 83% dêste pessoal representa o trabalho familiar e 13% a mão-de-obra temporária, empregada na época de acúmulo dos trabalhos agrícolas.

Os estabelecimentos de menos de 10 hectares são, portanto, pequenos estabelecimentos familiares dedicados às lavouras temporárias de subsistência.

Estabelecimentos Médios

Os estabelecimentos de 10-200 hectares, que compõem o segundo grupo de área, abrangem 2 159 214 hectares do espaço total ocupado pelos estabelecimentos rurais pernambucanos.

Neste grupo as áreas destinadas às lavouras são expressivas, mas apenas os estabelecimentos de 10-20 hectares dispõem de maior percentual de terras utilizadas na lavoura (41%); os demais têm nas pastagens naturais a principal forma de utilização da terra (32%, o mais

elevado percentual, nos estabelecimentos de 20-50 hectares). Observa-se, também, uma estreita relação entre a área total dos estabelecimentos e a área ocupada pelas matas e terras incultas; nos estabelecimentos de 10-20 hectares elas representam, respectivamente, 9% e 15% da área total, aumentando percentualmente nas categorias dimensionais imediatamente superiores, abrangendo, nos estabelecimentos de 100-200 hectares respectivamente, 23% e 21% do total das terras. Destaca-se, ainda, o percentual de terras destinado às pastagens artificiais, o mais elevado do Estado, representando praticamente 4% da área total em cada uma das quatro categorias dimensionais de estabelecimentos.

São os médios estabelecimentos os que mais se destacam no Estado, em área, com relação às lavouras de produtos alimentares (especialmente a do milho) e às lavouras de produtos de exportação (especialmente a do café) pois representam, respectivamente, 48% e 49% das áreas totais dos estabelecimentos que, no Estado, possuem essas lavouras como suas principais atividades; entre estes estabelecimentos, os principais são os estabelecimentos de 20-50 hectares que abrangem, respectivamente, 15% e 16% do total estadual das referidas áreas.

Ainda com relação às lavouras, a importância dos estabelecimentos de 10-200 hectares quanto à lavoura de produtos industriais (apenas 22% da área total dos estabelecimentos nos quais ela é a principal atividade) reside no fato de que esses estabelecimentos são os principais, no Estado, na exploração da lavoura do algodão.

Também na pecuária os médios estabelecimentos ocupam lugar destacado, representando 27% da área total dos estabelecimentos que no Estado dedicam-se a essa atividade, principalmente à criação de gado bovino.

A presença de maior percentual de área ocupada com pastagens artificiais correlaciona-se com a situação que possuem nas atividades de engorda de gado; são os principais, pois 54% da área dos estabelecimentos que no Estado dedicam-se às invernadas e aos campos de engorda pertencem aos médios estabelecimentos. A maioria dos estabelecimentos dedicados à criação de gado leiteiro e à engorda de gado estaria incluída, portanto, entre os médios estabelecimentos.

Na direção do trabalho cabe aos proprietários a maior participação, com os mais elevados percentuais do Estado, variando de 89% nos estabelecimentos de 10-20 hectares a 82% nos estabelecimentos de 100-200 hectares. Há menos frequência de arrendamentos (cerca de 5% de área total) do que no grupo anterior, aumentando a presença de administradores (de 4% da área total dos estabelecimentos de 10-20 hectares a 13% da área total dos estabelecimentos de 100-200 hectares).

Embora o trabalho familiar continue representando a base da exploração dos médios estabelecimentos (das 379 044 pessoas ocupadas nos estabelecimentos de 10-200 hectares, 51% são constituídos da mão-de-obra familiar) a presença de lavouras de caráter comercial justifica a participação de um maior contingente de empregados temporários (chegam a representar 48% do pessoal ocupado nos estabelecimentos de 100-200 hectares). Da mesma forma ocorre o aumento do número de empregados permanentes (de 4% nos estabelecimentos de 10-20 hectares chegam a representar 14% do pessoal ocupado nos estabelecimentos de 100-200 hectares). Observa-se, ainda, que neste grupo de área existe maior número de parceiros do que nos pequenos estabelecimentos, porém, com muito pouca significação, sempre menos de 4% do total.

Os médios estabelecimentos caracterizam-se, portanto, pela sua grande participação, no Estado, nas lavouras comerciais e nas atividades de invernada e engorda de gado.

Como nos pequenos estabelecimentos, é marcante a presença do proprietário e do trabalho familiar, porém o maior volume de tarefas agrícolas e o caráter comercial da produção responde pela presença de maior número de empregados assalariados.

Grandes Estabelecimentos

Ocupando uma área de 3 177 929 hectares, os estabelecimentos de mais de 200 hectares podem ser considerados como os grandes estabelecimentos existentes no Estado de Pernambuco. Entre os estabelecimentos que compõem este grupo de área destacam-se os de 200-500 hectares como sendo a categoria dimensional que ocupa a maior área no Estado, cêrca de 1 093 269 hectares (18% do total).

Quase a metade da área total dos grandes estabelecimentos é ocupada por terras incultas e por matas (os maiores percentuais do Estado são aí encontrados: 24% da área total em terras incultas para os estabelecimentos de 1 000-5 000 hectares; 29% da área total cobertos por matas para os estabelecimentos de mais de 10 000 hectares). No Estado são êstes os estabelecimentos que apresentam os menores valores relativos de terra utilizada em lavoura permanente (menos de 4%) e em pastagens artificiais (menos de 3%).

Embora, praticamente, a outra metade das terras esteja dividida entre lavouras temporárias e pastagens naturais, esta divisão não é igualitária, sendo necessário estabelecer uma diferença entre os estabelecimentos de 200-1 000 hectares e os estabelecimentos de mais de 1 000 hectares: nos primeiros as pastagens naturais predominam em área (26%) e as lavouras temporárias alcançam percentuais elevados (17%), enquanto que, nos estabelecimentos de mais de 1 000 hectares, as pastagens representam uma área bem maior 36% (estabelecimentos de 1 000-5 000 hectares), 52% (estabelecimentos de 5 000-10 000 hectares) e 55% (estabelecimentos de mais de 10 000 hectares), com pequenas áreas de lavouras temporárias, 8%, 2% e 2% respectivamente.

A diferença apresentada decorre, principalmente, das atividades predominantes a que estão dedicados êstes estabelecimentos. São os principais estabelecimentos do Estado em área dedicada à lavoura de produtos industriais e à pecuária: êste grupo de estabelecimentos detêm 72% da área total ocupada por estabelecimentos que possuem a lavoura de produtos industriais como principal atividade, sendo que 52% estão em estabelecimentos de 200-1 000 hectares (são êstes, por excelência, os estabelecimentos canavieiros em Pernambuco); 71% da área total ocupada por estabelecimentos que possuem a pecuária como atividade principal pertencem aos grandes estabelecimentos, sendo que 38% estão em estabelecimentos de mais de 1 000 hectares. São êstes os principais estabelecimentos pernambucanos dedicados à criação de gado bovino. Como esta criação é feita em pastagens naturais devem corresponder às fazendas sertanejas de criação.

Nas demais atividades predominantes no Estado têm participação inexpressiva, salvo na extração vegetal (de pequeno valor em área no Estado — 44 698 hectares) na qual os estabelecimentos, dêste grupo, abrange 79% do total, predominando os de 200-1 000 hectares.

Como ocorre nos outros dois grupos de área, cabe ao proprietário dirigir a maioria das terras, porém, a participação de administradores é

expressiva (alcançando o mais elevado percentual do Estado, 35% das terras nos estabelecimentos de 5 000-10 000 hectares, exceto nos estabelecimentos de mais de 10 000 hectares, nos quais os proprietários dirigem 89% das terras e os administradores apenas 11%. Nestes grandes estabelecimentos existem mais terras arrendadas do que nos médios estabelecimentos.

Ao contrário do que acontece nos estabelecimentos de menos de 200 hectares, no total de 191 499 pessoas ocupadas (15% do total estadual) nas atividades agrícolas, os responsáveis e família correspondem a menos de 9% do total, sendo o trabalho familiar pouco significativo. Os trabalhos agrícolas são realizados por empregados.

Mais uma vez pode-se notar a diferença entre os estabelecimentos deste grupo: os estabelecimentos de 200-1 000 hectares possuem 165 135 pessoas ocupadas e os estabelecimentos de mais de 1 000 hectares apenas 26 364 pessoas ocupadas; nos estabelecimentos de 200-1 000 hectares, nos quais a grande lavoura da cana-de-açúcar exige a participação de abundante mão-de-obra, os empregados temporários alcançam os mais elevados percentuais do Estado (variando de 50%—57% do total de pessoas ocupadas nesses estabelecimentos), sendo também elevado o número de empregados permanentes (de 31% e 29% do total de pessoas ocupadas); já nos estabelecimentos de mais de 1 000 hectares, o predomínio da pecuária responde pelo menor número de pessoal ocupado (26 364 pessoas) e pela maior participação de empregados permanentes (o mais elevado percentual do Estado, 73%, nos estabelecimentos de mais de 10 000 hectares), sendo, ainda, elevados os percentuais correspondentes ao trabalho de empregados temporários (50%, 47% e 18% do total). A exploração indireta por parceiros tem uma presença insignificante, como ocorre também nos estabelecimentos médios, chegando apenas a 3% do total do pessoal ocupado nos estabelecimentos de mais de 10 000 hectares, o mais elevado percentual do Estado.

Concluindo, verifica-se que este grupo de área, possuindo os maiores estabelecimentos no Estado, em sua maioria monoprodutores, dedicados uns à lavoura da cana-de-açúcar e outros à criação de gado bovino, congregando uma pequena parcela do total do pessoal ocupado no Estado, destaca-se não só pela área que ocupa como também pela sua participação na economia pernambucana.